



Caderno de

POPULAÇÃO

Ano 1 - Edição 2 - Agosto 2009

Mulheres e Meninas

Investir para superar
a crise

Conferência do Cairo

Diálogos por um
mundo melhor

Engarrafamentos

Tráfego e poluição
nas cidades



não existe
meio direito,
meia negligência
ou meia morte.

90% das mortes
de mulheres grávidas
poderiam ser evitadas com
o atendimento adequado.

1 DIREITO AO ACESSO A
INFORMAÇÕES CORRETAS
EM LINGUAGEM ADEQUADA.

2 DIREITO AO ACESSO
AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3 DIREITO AO ACESSO A AÇÕES PARA
O PLANEJAMENTO FAMILIAR.

4 DIREITO À ATENÇÃO HUMANIZADA E NÃO DISCRIMINATÓRIA
DURANTE A GRAVIDEZ, O PARTO E PÓS-PARTO.

5 DIREITO À ATENÇÃO OBSTÉTRICA DE EMERGÊNCIA
PARA COMPLICAÇÕES QUE COLOQUEM A VIDA EM RISCO,
EM QUALQUER SITUAÇÃO.

6 DIREITO A TER ACOMPANHANTE*
DURANTE A GRAVIDEZ, NO PARTO E NO PÓS-PARTO.

* A PESSOA ACOMPANHANTE É ESCOLHIDA PELA MULHER,
INDEPENDENTE DO SEXO OU VÍNCULO DE PARENTESCO.

Saiba seus
direitos.

A morte materna é um problema sério, sendo uma das dez principais causas de morte entre mulheres de 10 a 49 anos no Brasil. Uma campanha de mobilização pela redução da morte materna realizada pelo UNFPA em parceria com o município de Salvador e o estado da Bahia alerta para a possibilidade de evitar essas mortes.

**Una-se a esta causa.
Mobilize-se!**

Resposta para superar a crise 4	Mitos Populacionais 8
ONU: igualdade racial 6	Radar 8
Cairo e a arte do diálogo 7	População e Meio Ambiente 9

Editorial

Esta segunda edição do Caderno de População destaca o tema do Dia Mundial de População de 2009, “Respondendo à crise econômica: investir nas mulheres é uma opção inteligente”. As comemorações no Brasil, realizadas em Salvador, enfatizaram o diálogo entre autoridades, especialistas e população local sobre desafios em termos de direitos, perspectivas de vida e saúde das mulheres.

Em contextos de crise, as mulheres são geralmente as mais atingidas. Mas os depoimentos colhidos na Bahia mostram que é possível mudar essa situação e que as mulheres estão entre os mais efetivos agentes de mudança. Para tanto, elas precisam conhecer melhor seus direitos, organizar-se e ter mais acesso a informações e serviços. Também é preciso que a sociedade como um todo se conscientize dos direitos e do potencial das mulheres.

Os benefícios econômicos para a sociedade estão ligados a questões como saúde, educação e oportunidades para mulheres. São elas que mais investem na educação e na saúde de seus filhos. Além disso, elas contribuem diretamente para o crescimento econômico.

Mantendo os níveis de emprego e renda das mulheres, mantemos meninas e meninos na escola, comida na mesa, e saúde nas famílias e comunidades, promovendo o desenvolvimento. Como afirmou a Diretora Executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid, agora, mais do que nunca, é preciso investir nas mulheres para que possamos fazer progresso duradouro para todos e todas.

Boa leitura!

Harold Robinson
Representante do UNFPA Brasil

Expediente:

Caderno de População
Ano I - Edição 2 - Agosto de 2009
Copyright © UNFPA 2009
cadernodepopulacao@unfpa.org.br

Fundo de População das Nações Unidas
Harold Robinson, Representante no Brasil

Fotos: Mila Petrillo

Conselho Editorial: Taís de Freitas Santos,
Elizeu Chaves, Fernanda Lopes e
Angela Donini

Coordenação Editorial: Etienne França
Redator: Rodolfo Torres
Colaboração: Luciano Carvalho
e Gabriela Borelli
Projeto Gráfico: Janaína Coe

Meninas e mulheres

Elas são a resposta para superar a crise.

A maior crise econômica vista no planeta desde a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, reafirmou a certeza de que investir no desenvolvimento de meninas e mulheres é o melhor caminho para superar o atual cenário de turbulência financeira. Afinal, são as mulheres que sofrem mais rapidamente, seja por meio de demissões ou evasão escolar, os efeitos das épocas desfavoráveis.

Por essa razão, o Dia Mundial de População (11/07) deste ano teve como tema "Respondendo à crise econômica: investir nas mulheres é uma opção inteligente". No Brasil, a data foi comemorada em Salvador-BA e contou com a participação de representantes do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), especialistas, autoridades locais, mulheres e homens de várias comunidades de Salvador e municípios vizinhos.

O evento reuniu mais de 100 pessoas no Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ), discutindo os desafios e propostas apresentadas pelas participantes. Em busca de

uma vida melhor, elas são agentes de mudança, sabem o que querem e estão dispostas a trabalhar em parceria para mudar as coisas.

A partir do diálogo na capital baiana, foi produzido um vídeo que traz depoimentos contundentes e uma síntese do debate. Além disso, a produção retrata os contextos

de vulnerabilidade

das mulheres

na Bahia, com

destaque para

a mortalidade

materna e a

desigualdade

socioeconômica.

Autoridades

brasileiras

avaliam que o

investimento em

meninas e mulheres é

condição indispensável para

que a crise econômica seja

superada. "O impacto da crise

sobre as famílias chefiadas

por mulheres é devastador, já

que, ao perder o emprego e os

benefícios sociais, as crianças

são obrigadas a contribuir na

renda familiar, vão para as

ruas, saem da escola, ficam

mais expostas à exploração

e à violência", afirmou a

Superintendente de Políticas

para Mulheres da Secretaria

de Promoção da Igualdade

da Bahia (SEPROMI), Valdecir

Nascimento.

"Investir nas mulheres e nas meninas definirá o cenário não apenas para a recuperação econômica, mas também para o crescimento econômico em longo prazo, reduzindo a iniquidade e a pobreza. Não há um investimento mais inteligente que este em tempos de crise", destacou a Diretora-Executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid.

Para ela, que articula com as demais secretarias da Bahia a estruturação da Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, esse debate é pedagógico porque aguça a percepção sobre as desigualdades existentes. “Se as mulheres não vão bem, a sociedade está doente. A exclusão, a opressão e a violência contra as mulheres impedem o processo democrático e o desenvolvimento humano e econômico de qualquer nação”, resume.

Já o secretário da Reparação de Salvador, Ailton Ferreira, destaca que fortalecer as mulheres no atual contexto é mais do que devido. “A riqueza ainda é masculina”, sintetiza, ressaltando que a capital baiana conta com a maioria da população formada por mulheres.

O órgão comandado por Ferreira articula políticas públicas de enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial em Salvador. Uma das políticas que incorpora a perspectiva de equidade racial é o Fundo Municipal de Inclusão

Educacional de Mulheres, que cria estratégias educacionais para mulheres afrodescendentes. “A maior parte é formada por domésticas e vendedoras ambulantes”, explica Ferreira, complementando que são as meninas negras as maiores vítimas da exploração sexual naquela capital.

“No

Dia Mundial da População, peço aos responsáveis pela tomada de decisões que protejam a capacidade das mulheres no que diz respeito à geração de renda, à permanência de suas filhas na escola e ao acesso a informações e serviços de saúde reprodutiva, como o planejamento familiar voluntário”, complementou o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, ressaltando que o investimento na saúde das mulheres permitirá um aumento da produtividade na ordem dos 15 bilhões de dólares por ano.

“Mulher e negra, o peso é maior. As desigualdades são mais acentuadas. O racismo e o machismo engessam e impedem o desenvolvimento pleno da sociedade”, esclarece.

Apesar de todas as dificuldades, o otimismo também está presente nessa constante luta das mulheres por seus direitos. “Meu otimismo se renova a cada contato com mulheres de diversos segmentos. São mulheres que fazem parte de famílias historicamente excluídas, são guerreiras que aprenderam no seu cotidiano a não desistir. São mulheres, meninas, feministas, que vão transformando a realidade de uma forma quase mágica”, explica Valdecir Nascimento, da SEPROMI.

A ONU no debate pela igualdade racial

“Lideranças negras e indígenas, entre outras, estão compreendendo cada vez mais o papel e o trabalho das agências das Nações Unidas no Brasil.” A avaliação é da gerente de Programas em Direitos e Proteção da Criança do UNICEF, Helena Oliveira. “De forma muito positiva, essas lideranças apóiam e referendam as iniciativas do Sistema ONU no tema da promoção da igualdade racial”, complementa.

Em junho, Helena Oliveira participou do debate “Diálogos com a ONU – Igualdade Racial” durante a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (II CONAPIR). O evento, realizado em Brasília, serviu para a troca de experiências sobre a adoção das políticas de promoção da igualdade racial no país. Também foram discutidos temas como saúde, violência, afirmação das identidades e participação política.

Oliveira explica que a conferência “aqueceu os debates” sobre a educação, mais especificamente sobre a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Para ela, o maior desafio brasileiro diz respeito à adoção das políticas públicas de igualdade racial. “A superação desse desafio requer um arranjo de gestão e planejamento que envolva as três esferas de governo, e com resultados concretos para cada período e setor da política”, considera.

“Um dos papéis do Sistema das Nações Unidas é atuar exatamente no fortalecimento das instituições de governo, para que gerenciem cada vez melhor suas políticas, com aportes técnicos e desenvolvimento de metodologias adequadas à realidade”, afirma. “Contudo, ainda há muita coisa por fazer nessa trincheira étnico-racial”, complementa.

“Ainda há muita coisa por fazer nessa trincheira étnico-racial”

Para Fernanda Lopes, da área de saúde sexual e reprodutiva e direitos do UNFPA, o diálogo entre representantes da sociedade civil e a ONU “é uma forma de intensificar a troca de informações sobre ações e abordagens adotadas para o enfrentamento do racismo e do sexismo na sociedade brasileira, ajudando a promover a melhoria das condições de vida dos grupos historicamente excluídos, especialmente no que tange a sua saúde e bem-estar”.

A Conferência do Cairo e a arte do diálogo

Há 15 anos, uma conferência internacional realizada na cidade do Cairo alterava definitivamente a relação entre população e desenvolvimento. Afinal algumas mudanças conceituais estavam sendo produzidas, como a vinculação direta dos direitos reprodutivos ao desenvolvimento sustentável.

No entanto, os efeitos dessa conferência transcenderam o debate científico. Para a demógrafa Elza Berquó - pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da UNICAMP e coordenadora da Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) - a Conferência do Cairo “ensinou a arte do diálogo de uma maneira geral”.

A especialista, que possui pós-graduação em bioestatística pela Columbia University (Nova York), explica que por meio desse encontro foi possível que diversos países chegassem a importantes consensos nas questões sobre população e desenvolvimento. “O desafio do desenvolvimento é atender às necessidades das gerações presentes e melhorar sua qualidade

de vida, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”, argumenta.

Como exemplo do pioneirismo de Cairo, Elza Berquó cita o entendimento sobre a necessidade de promoção dos direitos reprodutivos no contexto dos direitos humanos: direito à informação, à sexualidade prazerosa, à concepção e contracepção saudáveis e voluntárias, entre outros.

Em outro ponto, a especialista ressalta que Cairo possibilitou que as mulheres de todo o mundo, por meio de suas redes e lideranças, reorientassem o eixo da questão populacional ao colocarem a reprodução no plano dos direitos humanos.

Para Elza Berquó, que já presidiu a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, a Conferência do Cairo deixa como legado o desenvolvimento sustentável, a solidariedade entre as gerações e a superação das desigualdades de classe, raça e gênero. Quinze anos depois, Cairo ainda ecoa num diálogo permanente com sociedades e indivíduos.

Mitos Populacionais

As cidades grandes crescem mais que as outras?

As grandes cidades brasileiras têm um crescimento populacional superior ao registrado nas cidades pequenas? Se a sua resposta for afirmativa, você está equivocado: há cerca de três décadas isto não é mais verdade.

O crescimento acelerado da população urbana a partir dos anos 50, com a ampla transferência de população do meio rural para o urbano, trouxe expectativas de que o destino preferencial das populações seriam as cidades grandes.

“É nesse contexto que se criam as regiões metropolitanas brasileiras e que as vertentes da metropolização e da periferização se consolidam no Brasil, levando à perspectiva de um crescimento urbano

explosivo, explica a Dra. Rosana Baeninger, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Unicamp.

No entanto, a especialista lembra que o crescimento das cidades médias a partir da década de 1980 superou o das metrópoles. Na década seguinte, as cidades pequenas apresentaram taxas de crescimento superiores às registradas nos grandes centros e, em muitos casos, nas cidades médias.

“As cidades de diferentes tamanhos intensificam seus nexos, induzindo a desaceleração das cidades maiores”, destaca, complementando que o censo de 1991 já indicava o crescimento populacional de menos de 1% ao ano para São Paulo, a maior cidade do país.

Radar

Meninas fotógrafas

No começo do ano, a pesquisadora Amy Hong desenvolveu em parceria com a fotógrafa Júlia Kurc um projeto com meninas da comunidade da Maré, no Rio. A experiência “Capturing Teenager Motherhood and Female Adolescence in Mare” entregou câmeras fotográficas às meninas, que produziram dezenas de registros.

Banco 24 horas

Um acordo entre o UNFPA e a empresa Sistema Interbancário e Sistemas de Pagamento (SISP) de Cabo Verde permitiu divulgar nas telas da rede ATM de todo o país o poster intitulado “Quando as meninas frequentam a escola e recebem uma educação, não há espaço para a pobreza”. Cada terminal é acessado em média por 3.000 pessoas todos os dias.

Pouca mobilidade e muita poluição nas cidades

O excesso de automóveis nas grandes e médias cidades brasileiras prejudica a mobilidade dos cidadãos e o meio ambiente de forma geral. De um lado, as pessoas cada vez mais dependentes de veículos particulares para exercer o direito de ir e vir. Do outro, a poluição provocada pela queima de combustíveis e acentuada por congestionamentos cada vez maiores.

O geógrafo Eduardo Marandola Jr. alerta para a necessidade de mudança no planejamento urbano e na mentalidade de cada cidadão.

“É preciso pensar a cidade do ponto de vista das pessoas, e não dos carros”, explica o especialista, que desenvolveu sua tese de doutorado no âmbito do Projeto Vulnerabilidade, na Universidade de Campinas.

“Há mais carros do que o necessário. O automóvel não é a única forma de se locomover”, destaca Eduardo Marandola Jr

“O trânsito é uma questão-chave no tocante à vulnerabilidade”.

Marandola Jr. também argumenta que o trânsito ainda é visto como uma questão meramente de transporte, quando esse é um assunto

que também precisa ser tratado como um tema ambiental e cultural. “Há mais carros do que o necessário. O automóvel não é a única forma de se locomover”, destaca o geógrafo, complementando que o transporte público “deveria ser mais abrangente, buscando soluções simples e criativas para a mobilidade urbana”.

“Isso está afetando a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Afinal, quem vai sair de casa e enfrentar uma hora de trânsito para caminhar no parque?”, questiona. Por outro lado, ele também aponta que esse contexto de favorecimento quase absoluto dos automóveis em detrimento das pessoas envolve padrões de consumo e a composição das famílias. “Crianças e idosos têm dificuldades de deslocamento”.

Para o especialista, medidas paliativas não são suficientes para solucionar o problema. “Fala-se muito em adotar o pedágio urbano para reduzir o número de veículos nas cidades. Mas, é questionável se a medida pode vir a dar certo”, argumenta.

**O que você acha?
Dê sua opinião
clikando aqui.**

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é o organismo da ONU responsável por questões populacionais. Trata-se de uma agência de cooperação internacional para o desenvolvimento que promove o direito de cada mulher, homem, jovem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades para todos; apóia os países na utilização de dados sociodemográficos para a formulação de políticas e programas de redução da pobreza; contribui para assegurar que todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam seguros, todos os jovens fiquem livres do HIV/aids e todas as meninas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito.

UNFPA — porque cada pessoa conta.



As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as visões do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). As informações e dados apresentados são de responsabilidade do redator, não implicando afirmações oficiais por parte do UNFPA ou de qualquer outra agência ou departamento das Nações Unidas. A terminologia empregada e a apresentação de imagens não implicam expressão de opinião por parte do UNFPA a respeito do status jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Fundo de População das Nações Unidas
EQSW 103/104, Bloco C, Lote 1, 2o. andar
Setor Sudoeste
70670-350
Brasília, DF - Brasil
www.unfpa.org.br

